

Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAVERAMA, torna público, para conhecimento dos interessados, que <u>às 9h, do dia 20 de junho de 2018</u>, junto à Sala do Setor de Licitações, da Prefeitura Municipal, na Rua Jacó Flach, 222, Bairro Centro, PAVERAMA/RS, serão recebidos e abertos os envelopes com documentos e propostas para a presente Tomada de Preços, do tipo "menor preço global", para execução de serviços de ampliação/construção da Farmácia da Unidade Básica de Saúde, de conformidade com a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores e Processo Administrativo nº 187/2018 e condições a seguir:

I - DO OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa especializada para ampliação/construção da Farmácia da Unidade Básica de Saúde, sob forma de empreitada global, com fornecimento de material e mão-de-obra, com área total de 59,46 m², na Rua Carlos Nicolau Dupont, em conformidade com os documentos integrantes do presente edital de Tomada de Preços, cujo escopo do projeto de toda obra estará disponibilizado em CD:
 - Memorial Descritivo
 - Planilha Orçamentária;
 - Cronograma Físico-Financeiro;
 - Planilha de Composição do BDI.
 - Projeto Arquitetônico, e
 - Projetos complementares.
- 1.2 **Prazo de execução da Obra:** Os serviços deverão estar finalizados em até 06 (seis) meses a contar da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços, permitida eventual prorrogação, desde que plenamente justificada e aceita pelo município.
- 1.3 A licitante vencedora deverá substituir todo e qualquer material que estiver fora dos padrões solicitados, ficando ainda sujeito as demais penalidades legais.
- 1.4 O licitante deverá apresentar preço unitário e total, por etapa, conforme Planilha de Orçamento.
- 1.5 A execução deverá se dar tudo conforme informações contidas nos projetos técnicos, memoriais descritivos, orçamentos estimativos, cronogramas físicos financeiros, minuta de contrato e demais especificações, que são partes integrantes deste edital. Assim como, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 1.6 Faz parte integrante deste objeto os materiais a serem utilizados, a mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e transporte necessários à execução dos trabalhos, sinalização, limpeza da obra, seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros e, ainda, o seguro do pessoal utilizado na obra contra riscos de acidente de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõem ao empregador, sem quaisquer ônus





Estado do Rio Grande do Sul

ou solidariedade por parte da Prefeitura Municipal de Paverama.

- 1.7 Será admitida que a empresa utilize espaço destinado pelo Município, para instalação e acondicionamento de equipamentos. A empresa vencedora deverá, ao término do contrato, contudo, promover a retirada de todos os equipamentos e/ou obras necessárias, mas não previstas no edital, instalado no Município, sem qualquer ônus para este, pois tais equipamentos reverteram integralmente ao patrimônio da Contratada.
- 1.8 Os componentes do Projeto Executivo estarão disponíveis unicamente em CD-ROM, a ser retirado na Prefeitura Municipal de PAVERAMA/RS, localizada na Rua Jacob Flach, 222, Centro, na cidade de PAVERAMA/RS, de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30min às 16h.

II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar da presente licitação as empresas que, até a data de apresentação dos invólucros, que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento da documentação e das propostas, observada a necessária qualificação.
- 2.2 As pessoas jurídicas podem ser representadas no procedimento licitatório, por seus sócios ou proprietários, mediante apresentação de cópia do contrato social ou registro comercial, bem como por procurador legalmente habilitado, desde que apresentado o instrumento procuratório, contendo poderes expressos para decidir a respeito dos atos atinentes a presente licitação, até o início da sessão de abertura dos envelopes.

III - DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS:

3.1 - Os licitantes deverão entregar dois envelopes fechados, no endereço acima, contendo cada um em sua parte externa frontal os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAVERAMA

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

(NOME COMPLETO/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAVERAMA

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

(NOME COMPLETO/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

IV - DO ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO

4.1 - As empresas licitantes deverão apresentar no envelope n.º 01 - Documentação para fins de





Estado do Rio Grande do Sul

habilitação, no presente certame licitatório, os documentos abaixo relacionados, seguindo as condições mencionadas:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- b) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;
- g) Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul CREA/RS E/OU CAU/RS, da pessoa jurídica, bem como, da pessoa física, responsável técnico da pessoa jurídica, podendo ser apresentada no mesmo documento;
- h) Atestado de visita ao local dos serviços, fornecido pelo setor de engenharia do Município. A visita deverá ser efetuada pelo responsável técnico da proponente no dia 15 de junho de 2018, das 14 horas às 16 horas, com acompanhamento de servidor designado pelo Setor de Engenharia.
- i) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias pelo distribuidor da sede da licitante;
- j) Certificado de Registro Cadastral, atualizado junto ao Município, no exercício de 2018.
- **k)** Prova de qualificação econômica financeira da empresa, se dará através de demonstrações contábeis do último exercício, devendo o licitante apresentar, já calculados, os seguintes índices, sob pena de desclassificação, mediante a aplicação das fórmulas abaixo:
- I.1) Índice de Liquidez Corrente (LC)
- I.2) Índice de Liquidez Geral (LG)
- I.3) Solvência Geral (SG)
- I.4) Endividamento Geral (EG)

Referente ao último exercício social. Tais indicadores deverão ser calculados como segue:

LC = (AC / PC)

LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)

SG = (AT - DA) / (PC + ELP)

EG = (PC + ELP) / (AT)

Onde:

AC Ativo Circulante

RLP Realizável a Longo Prazo

PC Passivo Circulante

ELP Exigível a Longo Prazo





Estado do Rio Grande do Sul

AT Ativo Total

DA Despesas Antecipadas

Os valores mínimos para tais indicadores são:

LC maior ou igual a 1,00

LG maior ou igual a 1,00

SG maior ou igual a 1,00

EG menor ou igual a 0,60

- I.5) Para fins de comprovação dos indicadores apresentados, conforme subitem "k" e cálculo dos mesmos, deverá ser acompanhado do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, devendo os mesmos estar registrados na Junta Comercial, inclusive os Termos de Abertura e Encerramento, assinados por Contador habilitado e com registro no CRC, indicando expressamente o número do livro e as folhas em que se encontra regularmente transcrito. A Administração Pública Municipal reserva-se o direito de solicitar os originais de todos os documentos contábeis necessários para conferir os dados acima mencionados.
- I.6) Serão considerados aceitos como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
- por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede do licitante ou,
- por cópia do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede do licitante ou em outro órgão equivalente.
- I) Comprovação de Capital Social mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor estimado/orçado da obra, Art.31, parágrafo 3º da Lei 8666/93;
- **m)** Comprovação fornecida pela Junta Comercial de que a empresa se enquadra nas hipóteses elencadas nos art. 43 e seguintes, da LC nº 123/06.
- n) No mínimo dois atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/RS E/OU CAU/RS, comprovando possuir a licitante em seu quadro de pessoal profissional de nível superior detentor de ART pela execução de obra e serviço com características semelhantes, obedecendo, em cada atestado, a seguinte quantidade mínima para o serviço de maior relevância: execução de construção superior a 50,00 m².

Das demais condições para habilitação:

- 4.2 Os documentos acima referidos poderão ser apresentados no formato original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada, por cartório competente ou por servidor da Prefeitura Municipal de PAVERAMA, sendo vetadas cópias em papel térmico de fax.
- 4.3 Não serão aceitos documentos via fax, bem como não será aceito, nenhum protocolo de entrega em substituição aos documentos anteriormente mencionados.
- 4.4 Os proponentes que não apresentarem na forma legal os documentos exigidos nesta licitação estarão inabilitados.





Estado do Rio Grande do Sul

- 4.5 Para fins de credenciamento do Representante às sessões licitatórias, o mesmo deverá apresentar fora dos envelopes da proposta comercial uma procuração por instrumento público ou particular, outorgada pela empresa, habilitando-o para representá-la junto às sessões, com plenos poderes de decisão, exceto quando for sócio ou proprietário da empresa, devendo, neste caso, comprovar tal situação, através da apresentação do Contrato Social e documento de identidade.
- 4.6 A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas impede a manifestação do mesmo nas sessões.

V - DO ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA:

- 5.1 As propostas deverão ser apresentadas datilografadas/digitadas, datadas e assinadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, de acordo com o **ANEXO I**, constando no mínimo os seguintes tópicos:
- 5.2 Orçamento (com preço unitário e total do material e mão-de-obra), com as seguintes observações:
- a) O valor do orçamento proposto pela empresa não poderá ultrapassar o valor do orçamento do Município;
- b) Os valores unitários do orçamento proposto pela empresa não poderão ultrapassar os valores unitários do orçamento do Município;
- c) O valor total da mão-de-obra do orçamento proposto pela empresa poderá ser no máximo dez por cento (10%) inferior ao valor total da mão-de-obra do valor orçado do Município.
- d) Cronograma físico-financeiro contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento bem definidas assinado pelo responsável técnico legalmente habilitado.
- e) Os itens do orçamento e do cronograma físico-financeiro deverão ser apresentados pela ordem e especificação, conforme planilha de orçamento;
- f) Declaração do proponente de que se responsabiliza pela execução da obra e/ou serviço e pela fiel observância das especificações técnicas, assinada, também, pelo responsável técnico legalmente habilitado, conforme ANEXO II:
- g) Prazo mínimo de validade da proposta de 60 dias, a contar da data designada para a entrega dos envelopes desta licitação. Se na proposta não constar o prazo de validade, subentende-se 60 dias;
- h) Previsão de início da obra: máximo 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo Departamento de Engenharia;
- i) Conclusão da obra em 06 (seis) meses, contados a partir da data de emissão da ordem de serviço expedida pela engenharia autorizando o início da obra.
- j) A empresa proponente deverá identificar o seu representante legal que irá assinar o contrato a ser firmado com o Município, com a devida qualificação, ou seja, nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, nº do CPF, nº da cédula de identidade e endereço residencial.
- **k)** Relação da equipe técnica e administrativa, permanente e eventual, que ficará vinculada ao objeto da licitação;





Estado do Rio Grande do Sul

- I) Declaração pessoal de cada técnico indicado, concordando com a sua inclusão na equipe de trabalho, especificando a modalidade de licitação a que se refere esta declaração e a função a ser desempenhada;
- **m)** Declaração de que não haverá substituição na equipe técnica, salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância da contratante, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser idêntico ao anterior;
- n) Declaração de submissão à fiscalização técnica e controle da Prefeitura Municipal de PAVERAMA;
- o) Declaração de pleno conhecimento do local de prestação dos serviços ou da obra e de suas condições, assinada pelo responsável técnico da licitante.
- 5.3 A empresa vencedora deverá colocar no local da obra, em lugar indicado pela fiscalização, **placa indicativa da obra**. O custo da referida placa deverá estar incluso nos preços propostos.

VI - DOS PRAZOS E RECURSOS:

- 6.1 Os envelopes serão recebidos até <u>às 9 h, do dia 20 de junho de 2018</u>, na sala do setor de licitações, no , dia e hora em que os mesmos serão abertos, observados os prazos recursais.
- 6.2 Nenhuma proposta será recebida após o dia e hora marcados e nem permitidos quaisquer adendos ou modificações.
- 6.3 Quando todas as propostas forem desclassificadas a comissão de licitações fixará aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de documentos ou propostas, na qual originaram a desclassificação.
- 6.4 Em todas as fases dos recursos da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

VII - DO JULGAMENTO:

- 7.1 A forma de julgamento e classificação será realizada em função do **menor preço global pelo** objeto do edital, e de acordo com a Lei n.º 8.666/93 e alterações da Lei n.º 8.883/94.
- 7.1.1 Serão desclassificadas as empresas que apresentarem proposta com preço superior ao orçamento global de R\$ 92.453,50 (noventa e dois mil quatrocentos e cinqüenta e três reais e cinqüenta centavos).
- 7.2 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais as que contiverem preços excessivos, face aos preços correntes no mercado.
- 7.3 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para execução de toda obra, objeto da licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando em função de erro ou má interpretação por parte da licitante.





Estado do Rio Grande do Sul

- 7.4 Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014.
- 7.5 Entende-se por empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte ou cooperativa sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.6 Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de microempresa ou de empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- 7.7 Ocorrendo o empate, as microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas classificadas dentro do percentual de 10% poderão apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do resultado das propostas. As novas propostas serão abertas em seção pública e deverão ser apresentadas em envelopes fechados, os quais serão abertos na ordem de classificação das propostas iniciais. A proposta que atender as qualificações e requisitos de habilitação excluirá a abertura das demais propostas.
- 7.8 Para efeitos de classificação, no caso de cooperativas, será acrescido o valor de 15% sobre o valor da mão-de-obra, relativo ao recolhimento do INSS.

VIII - DA ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO:

- 8.1 Após a organização e exame do processo licitatório, se nenhuma irregularidade for verificada, serão as obras adjudicadas à empresa autora da proposta mais vantajosa de acordo com as condições mencionadas neste Edital.
- 8.2 Ao Município fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, mediante decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o Município poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios previstos neste edital e na lei 8.666/93 e suas alterações.
- 8.3 A homologação da adjudicação do julgamento desta licitação é de competência do Prefeito Municipal.
- 8.4 Será firmado um contrato com a empresa vencedora, conforme **ANEXO III,** de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações da Lei nº 8.883/94. A Prefeitura Municipal convocará a empresa vencedora para assinatura do Contrato, que deverá ser celebrado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

8.5 - Da execução do Contrato:

- 8.5.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.5.2 A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.





Estado do Rio Grande do Sul

- 8.5.3 A Contratada assume única e exclusivamente a responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.
- 8.5.4 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Administração, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando ao preposto da empresa o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, podendo as ocorrências serem registradas no Diário de Obra.
- 8.5.5 Antes de iniciar a obra, a empresa vencedora deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), ao Setor de Engenharia do Município, para receber a ordem de serviço para iniciar a obra, a qual deverá ser providenciada num prazo de até dez dias após a assinatura do contrato.
- 8.5.6 A título de garantia do adimplemento e de boa execução da obra, deverá ser apresentada, no ato da assinatura do contrato, caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária em favor do Município no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da obra. Não serão aceitos os descontos de 5% nas parcelas de pagamento a título de garantia.

8.6 - Da inexecução e da rescisão do Contrato:

- 8.6.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei.
- 8.6.1.1 Constituem motivos para rescisão do Contrato:
- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) a lentidão no seu cumprimento, levando a Contratante a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados, sem justificativa prévia;
- d) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil da empresa licitante ou de seus sócios diretores;
- e) a dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- f) a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da contratante, prejudique a execução do contrato;
- g) o protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizam a insolvência da Contratada;
- h) razões de interesse do serviço público.

IX - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 - As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 7.10.107.1007 e 7.10.11.1012.





Estado do Rio Grande do Sul

X - DAS PENALIDADES:

- 10.1 A empresa contratada estará sujeita ao pagamento de multa de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto contratual não realizado, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.
- 10.2 Nas demais causas de rescisão do contrato, a empresa contratada será penalizada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, que também incidirá em caso de infringência das demais cláusulas insertas no contrato a ser celebrado com a empresa vencedora.
- 10.3 Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:
- a) advertência (prazo de 5 dias para regularizar);
- b) multa, na forma prevista nos itens anteriores do Edital;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com órgão ou entidade promotora da licitação, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

XI - DO PAGAMENTO:

- 11.1 O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro da Prefeitura, após a realização do serviço e fornecimento dos materiais, de acordo com o cronograma físico-financeiro, mediante medição e laudo emitido pelo Setor de Engenharia do Município.
- 11.2 A fiscalização será realizada por representante da Administração, Sr. Eder Josué Kussler.
- 11.3 A contratada deverá emitir e apresentar a Fatura, na qual constem discriminadamente, os serviços executados e o material utilizado na execução da obra, devendo também constar o número da presente Tomada de Preços. Serão retidos 11% do valor do empenho, caso a contratada não apresentar prova de recolhimento do INSS e do FGTS do último mês.

XII - DA GARANTIA CONTRATUAL:

- 12.1 A licitante vencedora prestará garantia ao Contrato em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e ainda não-pagas pela empresa licitante vencedora.
- 12.2 Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-Garantia;
- c) Fiança Bancária;
- 12.3 A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.





Estado do Rio Grande do Sul

12.4 – A garantia deverá ter validade até o final da obra.

XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 13.1 A presente licitação reger-se-á pelas resoluções deste Edital de Tomada de Preço e da Lei nº 8.666/93 e alterações da Lei n.º 8.883/94.
- 13.2 A Contratada se obriga:
- 13.2.1 a substituir, no prazo máximo de uma semana, contratado de sua responsabilidade e esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;
- 13.2.2 a refazer as suas expensas, quaisquer serviços em desobediência às Normas Técnicas vigentes, bem como os que não forem aceitos pela Contratante;
- 13.2.3 a remover, após a conclusão dos trabalhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra, objeto da licitação;
- 13.2.4 a cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras sobre a medicina e Segurança do Trabalho.
- 13.3 Se a empresa enviar representante que não seja sócio-gerente ou diretor, far-se-á necessário credenciamento, com menção expressa de conferência de amplos poderes, inclusive para o recebimento de intimações e para desistência de recursos. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas impede de manifestar-se nas sessões.
- 13.4 O Edital poderá ser obtido no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de PAVERAMA de segundas às sextas-feiras, das 8:00 horas até 12:00 horas e das 13:30 horas até 16:00 horas. Maiores informações pelo telefone (51) 3761.1044 e pelo e-mail licitação@paverama.rs.gov.br

Paverama, 30 de maio de 2018.

ELEMAR RUI DICKEL VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO

SÃO PARTES INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL:

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV - CD-ROM contendo os documentos elencados no item 1.1 do Edital.





Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I

TIMBRE DA EMPRESA ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, ENDEREÇO ELETRÔNICO, N.º CNPJ, INSCRIÇÃO ESTADUAL

- 1	۸.
F	٠

Comissão Municipal de Licitações

PAVERAMA - RS

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 002/2018

PROPOSTA DE ORÇAMENTO
A Empresa inscrita no CNPJ sob o nº por intermédio de seu representante leg
o(a) Sr.(a) portador(a) da Cédula de Identidade nº e do CPF nº, APRESENTA propos
financeira para execução de ampliação/construção da Farmácia da Unidade Básica de Saúde, se
forma de empreitada global, com fornecimento de material e mão-de-obra, com área total de 59,46 n
na Rua Carlos Nicolau Lauer Dupont, conforme segue:
1. Valor unitário e total dos itens: O valor total da obra é de R\$ (valor por extenso
considerando R\$ (valor por extenso) para mão-de-obra e R\$ (valor por extenso) pa
materiais, conforme planilha de orçamento e cronograma, em anexo.
2. Prazo de validade da presente proposta: não inferior a 60 dias, contados da abertura;
3. Prazo de início da obra: máximo 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço pe
Departamento de Engenharia;
4. Prazo de conclusão da obra: 06 (seis) meses após a emissão da Ordem de Serviço, sendo que es
deverá ser providenciada até 02 dias após a assinatura do Termo de Contrato;
5. Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro da Prefeitur
após a realização do serviço e fornecimento dos materiais, de acordo com o cronograma físic
financeiro, mediante medição e laudo emitido pelo Setor de Engenharia do Município. Serão retid
11% do valor do empenho, caso a contratada não apresentar prova de recolhimento do INSS e
FGTS do último mês.
6. Representante legal da empresa: nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, n.º do CP
nº da cédula de identidade, endereço residencial.
Local, de de 201

Assinatura do representante legal da empresa

Assinatura do Responsável Técnico

EM ANEXO:





Estado do Rio Grande do Sul

1. Cronograma físico-financeiro contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, bem definidas, assinado pelo responsável técnico legalmente habilitado.

Obs.: Os itens do orçamento e do cronograma físico-financeiro deverão ser apresentados pela ordem e especificação, conforme planilha de orçamento em anexo.

ANEXO II

TIMBRE DA EMPRESA
ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, ENDEREÇO ELETRÔNICO,
N.º CNPJ, INSCRIÇÃO ESTADUAL

À

Comissão Municipal de Licitações PAVERAMA – RS

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 002/2018

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que nos responsabilizamos pela execução da obra e/ou serviço e pela fiel observância das especificações técnicas, em relação ao objeto do Edital de Tomada de Preços nº 002/2018.

Local.	de	 de	201	18

Assinatura do representante legal da empresa

Assinatura do Responsável Técnico

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

Entre o Município de PAVERAMA e a empresa, para execução de obra de ampliação/construção.

Que fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PAVERAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 91.693.317/0001-06, neste ato representado pelo Vice-Prefeito Em Exercício No cargo de Prefeito Sr. Elemar Rui Dickel, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF Nº 153.358.950-04, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede na, CNPJ nº, neste ato representado por





Estado do Rio Grande do Sul

, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade n.º
, CPF n.º, residente e domiciliado na, nº
, Bairro, município de/Estado, ora em diante denominado de
CONTRATADA, ajustam o presente contrato, que será executado de forma indireta, nos termos da Le
n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como, processo licitatório Tomada de Preços nº
002/2018 e legislação aplicável, com a adoção das seguintes cláusulas:

1.0 DO OBJETO

- 1.1 O presente contrato tem como objeto a execução de obra de ampliação/construção daFarmácia da Unidade Básica de Saúde, sob forma de empreitada global, com fornecimento de material e mão-de-obra, com área total de 59,46 (cinqüenta e nove vírgula quarenta e seis metros quadrados), na Rua Carlos Nicolau Lauer Dupont.
- 1.1.2 Faz parte integrante deste objeto os materiais a serem utilizados, a mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e transporte necessários à execução dos trabalhos, sinalização, limpeza da obra, seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros e, ainda, o seguro do pessoal utilizado na obra contra riscos de acidente de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Prefeitura Municipal de PAVERAMA.
- 1.2 A Administração reserva-se o direito de pedir a substituição de algum funcionário que não atenda aos serviços solicitados pela Administração.
- 1.3 A Administração reserva-se o direito de acompanhar os serviços solicitados, através de pessoa a ser designada pela Administração Municipal juntamente com o proprietário ou responsável da contratada, para acompanhamento integral da obra.
- 1.4 A contratada deverá apresentar em até 05 dias após a assinatura a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou RRT, indicando os serviços contratados do presente Contrato.
- 1.5 A contratada deverá substituir todo e qualquer serviço que estiver fora dos padrões solicitados, ficando ainda sujeito as demais penalidades legais.

2.0 PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTES

- 2.2 O pagamento será efetuado conforme Cronograma Físico-Financeiro, cuja fiscalização será acompanhada pelo servidor **engenheiro Éder Josué Kussler**. O mesmo encaminhará ao setor de empenhos um Laudo de Avaliação e Recebimento, para liberação do pagamento.





Estado do Rio Grande do Sul

- 2.2.1 Por ocasião de cada pagamento será retido o valor do ISS, na forma da legislação vigente.
- 2.3 A Contratada deverá emitir e apresentar a **Nota Fiscal/Fatura**, na qual conste discriminadamente, os serviços executados, devendo também constar o número do Edital de Tomada de Preços.
- 2.4 Os pagamentos serão concretizados na moeda vigente no País, em até 10 (dez) dias após apresentação de todos os documentos exigidos juntamente com o Laudo de Medição.
- 2.5 O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste edital.
- 2.6 Serão retidos 11% do valor do empenho, caso a contratada não apresentar prova de recolhimento do INSS e do FGTS do último mês. Somente será efetuado o pagamento da última parcela, mediante a apresentação da CND (Certidão Negativa de Débitos) referente à obra.

3.0 DOS PRAZOS

- 3.1 O prazo de execução do presente contrato será de 06 (seis) meses a contar da data de emissão da ordem de serviço, após a assinatura do contrato. Prorrogação de prazo somente poderá ser requerida, mediante justo motivo, cujas razões se deem por caso fortuito ou força maior. A prorrogação deve necessariamente ser requerida antes do término do prazo fixado por este instrumento.
- 3.2 O atraso injustificado na entrega prestação de serviços, sujeitará o infrator ao pagamento de multa estipulada neste instrumento.
- 3.3 A CONTRATADA fica sujeita e compromete-se cumprir os prazos que a Administração Municipal determinar para o cumprimento do objeto deste contrato.

4.0 EXECUÇÃO, RESPONSABILIDADES E FISCALIZAÇÃO

- 4.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 4.2 Antes do início dos serviços, a contratada deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT de execução ao Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de PAVERAMA, para que este emita a Ordem de Serviço, após a assinatura do contrato.
- 4.3 A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.
- 4.4 A Contratada assume inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do Contrato.
- 4.5 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos referidos no item anterior, não transfere à Contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, ou restringir a execução dos serviços.
- 4.6 A fiscalização terá direito a exigir dispensa de qualquer dos funcionários da contratada, cuja





Estado do Rio Grande do Sul

conduta seja considerada prejudicial ao bom andamento dos trabalhos, sendo que deverá ser atendida no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após.

- 4.7 É absolutamente vedada, por parte do pessoal da Contratada, a execução de serviços que não sejam objeto do presente Edital, e não previamente autorizados pela Administração Municipal.
- 4.8 A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.
- 4.9 A Contratada se obriga a refazer, às suas expensas, quaisquer serviços em desobediência às Normas Técnicas vigentes, bem como os que não forem aceitos pela Contratante.
- 4.10 A Contratada assume cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras sobre a Medicina e Segurança do Trabalho.
- 4.13 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Administração, servidor **engenheiro Éder Josué Kussler.**

5.0 DAS INFRAÇOES: PENALIDADES E MULTAS

- 5.1 De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitante que descumprir as condições deste Edital de Licitação poderá a Administração, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes penalidades:
- 5.1.1 Multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para o caso de ocorrer recusa injustificada ou desinteresse para assinatura do mesmo.
- 5.1.2 No caso de atraso ou negligencia na execução das obras/serviços, será aplicada multa diária de 0,1% (zero vírgula um por cento) calculado sobre o valor global do contrato, até o 10 (décimo) dia.
- 5.2 Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
- 5.2.1 Advertência (prazo de 02 dias para regularizar);
- 5.2.2 Multa de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato;
- 5.2.3 Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- 5.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 5.3 Os valores das multas serão descontados de qualquer crédito existente no Órgão, não se efetuando qualquer pagamento valores, enquanto não houver a quitação da multa ou enquanto não relevada à penalidade aplicada.
- 5.4 Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados.





Estado do Rio Grande do Sul

6.0 DA RESCISÃO

- 6.1- O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
 - a) por ato amigável, havendo interesse público;
 - b) por ato unilateral ou escrito do Contratante:
 - c) não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais;
 - d) paralisação, sem causa e sem prévia comunicação, dos serviços;
 - e) subcontratação total ou parcial do objeto contratado, sem prévia autorização do contratante;
 - f) razões de interesse público;
 - g) judicialmente, nos termos da legislação processual vigente;
 - h) liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da Contratada.
- 6.2- Verificada a infração do contrato, o Contratante notificará a Contratada, para que purgue a mora, no prazo fixado, sem prejuízo de responder por perdas e danos decorrentes dessa mora.
- 6.3 A Contratada indenizará o Contratante por todos os prejuízos que este vier a causar em decorrência da rescisão deste contrato por inadimplemento de suas obrigações, inclusive, perdas e danos porventura decorrentes para o Município.
- 6.4 Uma vez rescindido o presente contrato, e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o Contratante poderá efetuar à Contratada o pagamento de serviços corretamente executados.
- 6.5 Em caso de procedimento judicial, para a rescisão do contrato, sujeitará a Contratada à multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato multiplicado por doze, mais perdas e danos, custas e honorários advocatícios.

7.0 DA DOTAÇÃO

7.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte rubrica: 7.10.107.1007 e 7.10.11.1012.

8.0 - DA GARANTIA

8.1 A título de garantia do adimplemento e de boa execução da obra, deverá ser apresentada, no ato da assinatura deste contrato, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou seguro garantia ou fiança bancária em favor do Município no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da obra. A garantia deverá ter validade até o final da obra.

9.0 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 Nenhuma indenização será devida as proponentes em razão da elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao Edital.
- 9.2 Toda e qualquer modificação somente poderá ser introduzida ao presente contrato, através de aditamento, expressamente autorizado pela autoridade competente.
- 9.3 A contratada assumira integralmente e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz





Estado do Rio Grande do Sul

respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que por ventura venham a incidir sobre o objeto do Edital.

- 9.4 Onde este Contrato for omisso, prevalecerão os termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, reservando-se ainda ao Município de PAVERAMA, o direito de revogar no todo ou em parte o presente Edital, sem que dessa sua decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou indenização por parte das proponentes.
- 9.5 A Contratada assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente contrato, sejam de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade do Contratante relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advierem de prejuízos causados a terceiros.
- 9.6 A contratada é obrigada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.7 As partes elegem o Foro da Comarca de Teutônia RS, para dirimirem as dúvidas acaso emergentes do presente contrato.
- 9.8 O presente contrato obriga os contratantes, seus herdeiros e/ou sucessores, ao integral cumprimento do aqui avençado.

E, por estarem assim, plenamente ajustados, firmam o presente contrato em quatro vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas instrumentais, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

	PAVERAMA,	
CONTRATANTE	NTRATANTE CONTRATADA	
TESTEMUNHAS:		

